

## Resenha de livro

AZEVEDO, Daniel Abreu de. *O sofisma da democracia participativa: uma interpretação geográfica da participação política*. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2021. 214 p.

ISBN: 97865866657595

Tatiana Lemos dos Santos Borges<sup>i</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Fruto da tese de doutoramento do autor defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ) em 2016 com o mesmo título, o livro *O sofisma da democracia participativa* lança um olhar geográfico para democracia participativa, desafiando alguns consensos. Já no prefácio, Iná Elias de Castro aponta para a importância da obra para a geografia, em especial para geografia política, indicando como a temática da democracia é pouco apropriada pelos geógrafos. Ao iniciar o livro, Daniel A. de Azevedo identifica o que seria o sofisma da democracia, apresentando a ideia de que o grande número de estudos sobre a democracia participativa faz emergir uma nova questão: mais participação significa uma democracia de melhor qualidade?

Desta forma, a primeira discussão aprofundada pelo autor diz respeito aos motivos pelos quais os geógrafos não se aprofundaram na temática da democracia representativa. Para tanto, ele aponta três caminhos principais: a visão que a geografia humana construiu do liberalismo; a descentralização da escala política do Estado; a dificuldade em aceitar o universalismo do valor democrático. Logo, o foco da pesquisa geográfica na democracia participativa estaria atrelado à objeção aos princípios que fundamentam a democracia representativa.

Dando sequência ao texto, o capítulo 1 é marcado pela discussão do que é a democracia, essencialmente. Neste sentido, o autor defende que não há como seguir sem uma definição clara do que é a democracia, para assim compreender como a geografia pode colaborar para os debates sobre ela. O ponto de partida do autor é a compreensão da democracia como um sistema político que busca ouvir a vontade da maioria sem excluir a minoria, se materializando em instituições de diferentes escalas políticas.

O capítulo apresenta um debate sobre as contradições a respeito da aceitação dos princípios democráticos universais de Isonomia, Poder infraestrutural e Isegoria. Assim, são debatidas teses favoráveis e contrárias à ideia destes princípios como base da democracia, culminando com uma resposta às críticas levantadas ao modelo. Por fim, o autor retoma a frase inicial do capítulo, mostrando como a ideia de *instituições de representação e participação* e *as escalas políticas* indicam o caminho pelo qual a geografia pode não só se apropriar como contribuir para o debate democrático, a partir da ideia de escala política e espaço político.

---

<sup>i</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia. [tatilemosb@gmail.com](mailto:tatilemosb@gmail.com). <https://orcid.org/0000-0003-1155-4933>

O segundo capítulo do livro começa com uma provocação sobre como o espaço geográfico tem sido pouco abordado nas teorias sobre a democracia. Isso porque a democracia é essencialmente espacial. Logo, o autor se aprofunda no debate sobre a escala política e o espaço político visando construir um campo teórico metodológico para a análise geográfica da democracia. Para ele, as escalas políticas de um Estado democrático são permeadas por um processo de escolha que abarca ideias e valores próprios de cada local. Já o espaço político é caracterizado como uma porção material que realiza a mediação entre Estado e sociedade. Apesar da escala política ser uma característica de qualquer sistema político, o autor defende que, em conjunto, escala política e espaços políticos compõem características basilares das sociedades democráticas.

Sendo assim, o autor propõe um modelo em que a relação entre escala política e espaço político é responsável por criar uma forma espacial de qualificar a democracia. Portanto, sua argumentação parte para o debate sobre a escala como elemento geográfico da democracia, entendendo que não é possível atrelar uma escala única e predefinida para os sistemas de participação democrática. Logo, a escala local não pode ser entendida como aquela da participação, as escalas seriam construídas através do discurso e, por isso, a tese do autor é de que nenhum sistema democrático é construído sem um amplo debate a respeito de suas escalas políticas de realização.

Em sequência, a obra debate o papel dos espaços políticos como segundo elemento essencial para a análise geográfica da democracia. Neste caso, o autor defende a tese de que a maior proeminência desses espaços resulta em uma democracia mais forte e bem exercida. Para tanto, o autor entende que os espaços políticos possuem três condições constituintes: materialidade, imaterialidade e intencionalidade. Assim, há um retorno à lógica espacial onde a forma como o espaço se organiza afeta e ao mesmo tempo demonstra conteúdos políticos.

Desta forma, o terceiro capítulo é responsável por debater as ideias de representação e participação à luz da fundamentação teórica proposta pelo autor. O autor sai então do debate sobre o que é a democracia e quais são seus mecanismos de análise, para debater as diferentes formas de organização do sistema democrático, diferenciando a democracia direta da democracia representativa. Esta discussão é espacial e temporalmente localizada, com destaque para dois períodos: os primórdios gregos e o momento de formação de Estados-Nação, entre os séculos XVIII e XIX. Ao final da seção, é possível perceber que deste debate surge uma nova organização do modelo democrático chamada de democracia participativa.

A premissa da discussão aponta para o objeto do livro, a ideia de democracia participativa. O capítulo continua com a argumentação sobre escala política, espaço político e democracia participativa. O autor demonstra, a partir de um amplo debate, que a crise da democracia representativa está atrelada a diversas mudanças na sociedade, como: a globalização econômica, o avanço das tecnologias de informação e a terceira onda da democracia – pós-Guerra Fria. A democracia participativa surgiu na década de 1970, junto com o avanço dos movimentos sociais. O autor argumenta que este modelo pressupõe maior controle do poder dos governantes a partir de mecanismos de participação cidadã que permitam a *accountability*, governança e *empoderamento* da sociedade civil. Portanto, ele defende que estes mecanismos indicam a importância da formação de

espaços políticos e, especialmente na democracia participativa, a prevalência da escola local, apesar da dificuldade de defini-la.

Assim, o autor mostra que a democracia participativa incentiva o surgimento de novos tipos de espaços políticos que seriam responsáveis por transformar as democracias representativas. Neles, a participação seria uma forma de fazer com que a sociedade civil passe a ter maior gerência sobre as ações do Estado. Retomando ao título do livro, nesta etapa o autor aponta que a ideia de um melhor funcionamento da democracia a partir do surgimento de novos mecanismos de participação pode representar o que o autor chama de sofisma da democracia.

Para dar sequência à tese, a obra aborda os conselhos municipais da cidade do Rio de Janeiro. Os conselhos municipais ganharam *status* de instituição democratizante e estão espalhados por todo o país, desde seu surgimento, como novidade constitucional, em 1988. O recorte da cidade do Rio de Janeiro foi feito não só pela proximidade com o autor, mas pela importância política, econômica e demográfica da cidade. Para tanto, o autor realizou trabalhos de campo e entrevistas com atores importantes de sete conselhos da cidade: Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), o Conselho Tutelar (CT), o Conselho de Educação (CME), o Conselho de Assistência Social (CAS), o Conselho de Saúde (CS), o Conselho dos Direitos dos Negros (Comdedine) e Conselho Antidrogas (Comad).

O capítulo é finalizado com a ideia de que o surgimento dos conselhos municipais está atrelado a uma visão do município como escala política local, assim, ele seria a solução para o baixo nível de participação da população brasileira. Inicialmente, o funcionamento deles partiria de uma divisão da escala política, onde no local – o município – a democracia seria participativa, enquanto no nacional – o Estado – a representação seria a solução. Contudo, democracia representativa sempre funcionou em diálogo com múltiplas instituições e escalas.

Para finalizar o texto, o autor retoma todas as discussões para apontar as duas premissas que sustentam o sofisma. A primeira seria a falsa dicotomia entre a escala nacional, relacionada à representação, e a escala local, relacionada à participação. Um dos motivos para o sofisma seria essa falsa oposição entre democracia representativa e democracia participativa. A segunda premissa que o sustenta seria a falsa distinção entre a democracia representativa e participativa, como se ela fosse uma novidade em relação à primeira. Por fim, o autor entende que a profusão de mais e melhores espaços políticos em múltiplas escalas seria responsável por um funcionamento melhor da democracia.

A discussão do texto é profícua e aborda aspectos negligenciados pelos estudos sobre a democracia dentro da geografia. Sendo assim, a tese do autor reforça a ideia de que falsas considerações sobre a democracia participativa geram a distância entre a geografia e o tema da democracia representativa. Para além disso, o texto contribui para pensarmos a dimensão espacial da democracia, entendendo que a geografia consegue contribuir de forma eficaz para o debate sobre o tema, principalmente através da discussão sobre a escala política e as diversas dimensões dos espaços políticos.

Recebido em: 19/10/2021      Aceito em: 05/11/2021